WTT BRASIL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2025
Com o relatório dos auditores independentes

WTT BRASIL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2025

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 3

Demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais 6
Demonstrações dos resultados 7
Demonstrações dos resultados abrangentes 8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 9
Demonstrações dos fluxos de caixa 10
Notas explicativas às demonstrações financeiras 11

Crowe Macro Auditoria e Consultoria
Rua Santa Luzia 651
25º Andar – Centro, Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.030-041
www.crowe.com/br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores
WTT Brasil
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da WTT Brasil ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da WTT Brasil em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades sem finalidade de lucro *(ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.

- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2026.

Crowe Macro Auditores Independentes
CRC-2SP033508/O-1

DIEGO DEL MASTRO MONTEIRO:38902980871

Assinado de forma digital por DIEGO DEL MASTRO MONTEIRO:38902980871
Dados: 2026.02.19 14:33:17 -03'00'

Diego Del Mastro Monteiro
Contador – CRC-1SP302957/O-3

WTT Brasil

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Valores expressos em reais (R$)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.462.546	2.279.679	Recursos de projetos de terceiros	8	953.173	2.340.872
Valores a receber	5	-	396.357	Outras contas a pagar		21.417	29.715
Despesas antecipadas	6	2.854	3.249			**974.590**	**2.370.587**
Outros créditos		638	6.964				
		1.466.038	**2.686.249**				
Não circulante				**Patrimônio social**	9		
Caução		218	218	Patrimônio social		494.665	321.451
Imobilizado	7	2.999	5.571			**494.665**	**321.451**
		3.217	**5.789**				
Total do ativo		**1.469.255**	**2.692.038**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**1.469.255**	**2.692.038**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

WTT Brasil

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro
Valores expressos em reais (R$)

	Nota	2025	2024
Receita de projeto e custeio			
Receita de contribuição para custeio	10	748.850	676.053
Receita de aplicação do projeto	11	25.110	10.850
		773.960	**686.903**
Despesas operacionais			
Despesas com serviços prestados por terceiros	12	(617.184)	(623.181)
Despesas gerais e administrativas	13	(31.678)	(17.485)
Depreciação e amortização		(2.570)	(2.571)
Despesas jurídicas e legais		(70.538)	(51.109)
Resultado antes do resultado financeiro		**51.990**	**(7.443)**
Resultado financeiro, líquido	14	121.224	123.875
Superávit do exercício		**173.214**	**116.432**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2025	2024
Superávit do exercício	**173.214**	**116.432**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**173.214**	**116.432**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

WTT Brasil

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Valores expressos em reais (R$)

Descrição	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**205.019**	**-**	**205.019**
Superávit do exercício		116.432	116.432
Incorporação de superávit do exercício ao patrimônio social	116.432	(116.432)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**321.451**	**-**	**321.451**
Superávit do exercício		173.214	173.214
Incorporação de superávit do exercício ao patrimônio social	173.214	(173.214)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**494.665**	**-**	**494.665**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

WTT Brasil

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro
Valores expressos em reais (R$)

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	173.214	116.432
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com os Recursos provenientes com atividades operacionais		
Depreciações do período	2.572	2.571
	175.786	**119.003**
Variação dos ativos e passivos operacionais:		
Redução (aumento) em valores a receber	396.357	402.143
Redução (aumento) em despesas antecipadas e outros créditos	6.721	(1.315)
(Redução) aumento em recursos de projetos de terceiros	(1.387.699)	(189.947)
(Redução) aumento em contrapartida financeira direta a pagar	-	(12.000)
(Redução) aumento em contas a pagar	(8.298)	29.004
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	**(992.919)**	**227.885**
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	**(817.133)**	**346.888**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	2.279.679	1.932.791
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	1.462.546	2.279.679
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	**(817.133)**	**346.888**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A WTT Brasil, sediada no Rio de Janeiro/RJ, é uma associação privada sem fins lucrativos que tem por objeto social a promoção do desenvolvimento sustentável como uma opção viável para a melhoria da dignidade humana, a promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social comprometidas com a preservação e a conservação do meio ambiente, o desenvolvimento econômico e social, além de planos e projetos tecnológicos e de inovação que contribuam para o desenvolvimento social, ambiental, econômico e o combate à pobreza. A missão da WTT é promover a inovação como uma ferramenta para superar desafios sociais e ambientais e tem como objetivo acelerar o desenvolvimento, a experimentação e a disseminação de inovações tecnológicas e sociais com o intuito de oferecer respostas eficazes aos grandes desafios sociais e ambientais do nosso tempo.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da *Resolução do Conselho Federal de Contabilidade n°. 2015/ITG2002(R1*), que aprovou a interpretação técnica *ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins de lucros* e *NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas*.

As demonstrações financeiras da Associação, são de responsabilidade da Administração, que aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 12 de fevereiro de 2026.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Associação atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, a sua moeda de apresentação. As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1 Caixa e equivalente

Registram os numerários em caixa, os saldos de contas correntes bancárias e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço e não ultrapassam seus respectivos valores de mercado.

3.2 Valores a receber

Os valores a receber é registrado no momento da formalização do contrato de doação ou subvenção, sendo realizado à medida que se presta contas e se executa o projeto.

3.3 Imobilizado – reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui todos os gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável (impairment).

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear e em função da vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado. Esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear.

3.4 Recurso e projetos de terceiros

Referem-se a termos de cooperação e/ou doações recebidas de terceiros, com restrição de uso, ou seja, tem fim específico para execução de acordo com o projeto estabelecido A WTT Brasil efetua prestação de contas as entidades sobre a aplicação dos recursos recebidos.

Os recebimentos desses recursos e os gastos relacionados aos projetos são registrados em conta de passivo à medida que são executados na rubrica “recursos de projetos de terceiros” e são registrados no grupo de despesa correspondente.

3.5 Contrapartida financeira direta a pagar

São valores repassados a título de cooperação técnica e financeira a outras organizações para execução de parte do projeto e que estão sujeitas à prestação de contas.

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados, e provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo e reconhecido como despesa financeira.

3.7 Reconhecimento da receita

A Associação reconhece a receita quando:

- o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade.

Os principais reconhecimentos de receita são:

a. Aporte de mantenedores e associados

Realizado para fins de manutenção da operação. O valor é reconhecido na receita no momento de entrada em conta corrente.

b. Aportes recebidos de doadores/financiadores

Os recursos de aportes recebidos de financiadores são destinados a execução de projetos previamente acordados, e determinam a aplicação dos recursos sendo distribuídas:

i. Investimentos sociais e Implementação de programas

Se destinam aos custos diretos para a execução das atividades estabelecidas nos projetos. Os ingressos são reconhecidos quando da efetivação das despesas e dos custos relacionados.

ii. Administração/operativo (contribuição de custeio)

O componente de administração e operativo estão destinados para manter os gastos administrativos e custos da equipe para a implementação de suas atividades, garantindo a gestão dos projetos.

As doações e contribuições, por sua natureza espontânea, são reconhecidas no ingresso diferido até que sejam realizadas, e apropriadas como “receita” quando se executa o recurso.

a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva.

b) Benefícios fiscais e obrigações tributárias

A Associação, por sua finalidade e objetivos e por atender aos requisitos da legislação em vigor, usufrui de isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Não estão abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferido em aplicações financeiras que, de acordo com a norma tributária, é retido na fonte.

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Associação não possui instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), swaps, contratos a termo, hedge ou quaisquer outros derivativos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Banco conta movimento:		
Recursos vinculados ao projeto	-	23
Recursos próprios	1	1
	1	**24**
Aplicação financeira:		
Recursos vinculados ao projeto	1.061.903	2.139.575
Recursos próprios	400.642	140.080
	1.462.545	**2.279.655**
Total	**1.462.546**	**2.279.679**

As aplicações financeiras da Associação estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

A Associação tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha, as quais são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Valores a receber

	2025	2024
ITV (a)	**-**	396.357
Total	**-**	**396.357**

(a) Contrato de prestação de serviço CPS 033/2023 firmado em 9 de janeiro de 2024 com a Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável recebido em fevereiro e junho de 2025.

6. Despesas antecipadas

	2025	2024
Apólices de seguros vigentes	2.854	3.249
	2.854	**3.249**

Referem-se aos valores pagos na contratação de apólices de seguros. Esses valores serão apropriados ao resultado ao longo do próximo exercício, nas suas devidas competências.

7. Imobilizado

	2025				2024
	Taxa de depreciação % a.a.	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo líquido**	**Saldo líquido**
Equipamento de informática	20%	12.856	(9.857)	2.999	5.571
		12.856	**(9.857)**	**2.999**	**5.571**

8. Recursos de projetos de terceiros

	2025	2024
Porticus Agricultura Regenerativa (a)	415.714	218.415
Forum MOIP (b)	-	74.807
Instituto Ibirapitanga - Trans. Agroec. p/ Ciencia (c)	-	262.948
Instituto Clima e Sociedade – ICS - G-23-01637 (d)	122.116	137.342
ITV – NIOM (e)	11.230	414.020
FBDS - Centro Sociobio PA (f)	-	80.053
Arapyaú - ICT Piloto (g)	378.948	458.613
Clua - C2406-59 (h)	25.165	694.674
	953.173	**2.340.872**

Referem-se ao recebimento de recursos financeiros de entidades de interesse social com o objetivo de serem utilizados de forma restrita, em projetos sociais.

a) Projeto que visa promover a agricultura familiar resiliente, sustentável e regenerativa, aumentando a segurança alimentar e a renda, restaurando e conservando os serviços ecossistêmicos e mitigando as emissões de gases de efeito estufa.

b) Valores recebidos a título de patrocínio para a realização do primeiro Fórum Brasileiro de Inovação Orientada por Missões.

c) Esse projeto está inserido no programa de Sistemas Alimentares e contribui principalmente para a linha prioritária de “transição para sistemas alimentares sustentáveis”, e em menor medida para a linha prioritária de “abordagens sistêmicas sobre alimentação”. Esse projeto em agricultura regenerativa tem como objetivo contribuir para fortalecer modelos de produção regenerativos em suas várias etapas, desde o preparo do solo e o manejo da plantação até a colheita, armazenamento e distribuição, a partir da abordagem de inovação orientada por

missões. A abordagem de “inovação orientada por missões” utilizada, coloca a ciência, a tecnologia e a inovação para resolver problemas reais a partir da colaboração entre diferentes setores e disciplinas.

d) Um dos objetivos da WTT é impulsionar a agenda de ciência orientada por missões no Brasil, a partir da promoção de colaborações científicas de alto potencial de impacto, da orquestração de arranjos para desenvolver e disseminar inovações estratégicas, e de esforços para incidir em políticas públicas. Nesse sentido, esse projeto visa: 1) aumentar o volume de exemplos concretos de sucesso, com foco em Amazônia e Nordeste brasileiro; 2) influenciar as políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), incluindo nos mecanismos de fomento à inovação; e 3) incidir nas rotinas das protagonistas da ciência no Brasil: as Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs).

e) Apoio técnico para mapear e estruturar uma proposta de desenho institucional para que o ITV possa implementar processos de inovação com foco nas etapas de maior maturidade tecnológica nos temas de afinidade com os temas de pesquisa do ITV. Além de avaliar oportunidades que contribuam para o fortalecimento das cadeias da bioeconomia Amazônica e que respondam aos desafios do desenvolvimento sustentável local, como a melhoria da qualidade de vida de sua população e a preservação de suas florestas.

f) Condução de exercício de diagnóstico e prospecção participativa e intersaberes de necessidades, soluções e oportunidades para sociobioeconomia da região do Xingu e Tocantins.

g) Assessoria na estruturação de iniciativa de fortalecimento da conexão entre produção científica e demandas de inovação em bioeconomia na Amazônia Legal: Estruturar e executar uma agenda estratégica de uma ICT para desenvolver soluções inovadoras que contribuam para o fortalecimento das cadeias da bioeconomia Amazônica e que respondam aos desafios do desenvolvimento sustentável local, como a melhoria da qualidade de vida de sua população e a conservação de suas florestas.

h) Apoio institucional com o intuito de equilibrar a eficiência da execução durante a captação de recursos, desenvolver uma equipe multicultural e alinhar objetivos estratégicos em um ambiente diversificado e de ritmo acelerado, tendo como prioridades: a consolidação da WTT na arena nacional como parceiro de referência para a participação em políticas e projectos de CTI, através da participação activa de intervenientes não tradicionais em espaços, políticas e estruturas de inovação; e na internacionalização da organização também através desta ótica, mas também agregando um debate planetário a partir do Sul Global, tendo em mente o elemento da Tecnologia nos Meios de Implementação na Arena da Política Climática.

9. Patrimônio social

O patrimônio social é composto do superávit e déficits acumulados das atividades correntes da Associação, os quais serão integralmente aplicados na manutenção de seus objetivos sociais.

10. Receitas de contribuição para custeio – sem restrição

	2025	2024
Receitas de contribuição	748.850	676.053
	748.850	**676.053**

Compreende a parcela dos recursos recebidos dos projetos e em acordo com o terceiro, tem a finalidade de apoiar o custo das horas de equipe e BackOffice no cumprimento das atividades a serem desenvolvidas. O valor é apropriado mensalmente, pela quantidade de meses estipulada no projeto.

11. Receita (despesas) de aplicação de projetos – com restrição

Receita de aplicação do projeto:	2025	2024
Investimentos sociais (a)	1.702.054	1.575.819
	1.702.054	**1.575.819**
Despesas de aplicação do projeto		
Honorários serviços prestados PF e PJ	(961.919)	(1.100.443)
Contra partida financeira direta	(352.680)	(40.890)
Passagens e hospedagem	(346.300)	(263.847)
Prestação de serviços de comunicação	-	(134.289)
Outras despesas	(16.045)	(25.500)
	(1.676.944)	**(1.564.969)**
Total	**25.110**	**10.850**

(a) Compreende os valores de recursos recebidos a serem investidos nos projetos. O valor em específico abrange as parcerias firmadas com Porticus, CLUA, Ibirapitanga, ICS para implementação dos projetos focados na agricultura familiar de base ecológica; o fortalecimento do Centro de Orquestração de Inovações para aplicar o modelo de “inovação orientada por missões”; incidência em políticas públicas e deselvolvimento de novas capacidades em institutos de ciência e tecnologia. Os contratos firmados com Fundo Vale para o Desenvolvimento Sustentável, Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável e Instituto Arayaú foram feitos na modalidade de prestação de serviço de consultoria.

12. Despesas com serviços de terceiros

	2025	2024
Honorários de prestadores de serviços – PJ	(585.286)	(578.908)
Prestadores de serviços de finanças	(31.898)	(44.094)
Prestadores de serviços de tecnologia da informação	**-**	(179)
	(617.184)	**(623.181)**

13. Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Despesas com aluguel e seguros	(17.008)	(16.872)
Outras despesas	(14.670)	(613)
	(31.678)	**(17.485)**

14. Resultado financeiro, líquido

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	123.169	125.842
	123.169	**125.842**
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(1.709)	(1.967)
Outras despesas financeiras	(236)	-
	(1.945)	**(1.967)**
	121.224	**123.875**

15. Provisão para contingências

A Associação não constituiu provisão para eventual perda em ações de natureza cível ou trabalhista, pois não é parte em demandas judiciais ou extrajudiciais.

16. Voluntariado

Atendendo à resolução nº. 2015/ITG2002(R1), que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) “Entidades sem fins de lucros”, que define que o valor voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo de prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Associação durante os exercícios de 2025 e de 2024.

As horas voluntárias estão relacionadas às reuniões de Conselho bem como trabalhos da Diretoria, as quais financeiramente não são relevantes e por entendimento da Administração, não foram registradas. Por definição estatutária a Associação não remunera, a qualquer título, os seus conselheiros.

17. Aspectos fiscais

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superavit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da Associação, desde que atendidas as demais condições legais.

A Associação enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superavit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da Associação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Associação.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacamos o Programa de Integração Social – PIS – contribuição de 1% incidente sobre a folha de pagamentos.

As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, inclusive aqueles decorrentes da contratação de prestadores de serviços, estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

18. Gerenciamento de risco

A seguir o entendimento da administração da exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito; e
- Risco de liquidez.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Associação para cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Associação.

A Administração da Associação tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Associação incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente da conta de Caixa e equivalentes de caixa.

Para o Caixa e equivalentes de caixa a Associação mitiga o risco se relacionando apenas com as principais instituições financeiras do país.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Associação poderia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

A Associação utiliza o monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Buscando manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso as saídas de caixa sobre instrumentos financeiros, monitorando também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre seus ativos junto com as saídas esperadas por de seus passivos.

19. Instrumentos financeiros

As principais operações realizadas pela Associação envolvendo instrumentos financeiros referem-se a aplicações de curtíssimo prazo e recebíveis. O valor contábil destes instrumentos financeiros equivale aproximadamente ao seu valor de mercado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado compreendem as contas a pagar.

Os valores de mercado dos principais ativos e passivos financeiros da Associação foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e equivalem ao seu valor contábil. Os principais instrumentos financeiros são:

- Caixa e equivalentes de caixa - está apresentado ao seu valor contábil, que equivale ao seu valor de mercado.
- Contas a receber e a pagar - são classificados como mantidos até o vencimento.

Não existem operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

20. Seguros (Não auditado)

Em face da natureza de suas atividades, a Associação adota política de contratar seguros suficientes em relação ao valor contábil de seus ativos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Associação mantém contratado Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O), com limite máximo de cobertura de R$ 965.163 mil, bem como Seguro de Responsabilidade e Proteção Cibernética, com limite máximo de cobertura de R$ 1.000 mil.

As premissas de risco adotadas, dada suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria.

21. Eventos subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade para entidades sem finalidade de lucros, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.

* * * * * * *